

ANO XVI N. 58 28/5/2018

Supremo Tribunal Federal

[RESOLUÇÃO CONJUNTA STF/MPU 2, DE 23 DE MAIO DE 2018](#)

Orienta os órgãos do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União (MPU) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) sobre a operacionalização da adesão automática instituída pela Lei 13.183, de 4 de novembro de 2015, que altera a Lei 12.618, de 30 de abril de 2012.

(DJe/STF 25/5/2018, p. 1 - 2)

Conselho Nacional de Justiça

[RESOLUÇÃO CNJ N. 248, DE 24 DE MAIO DE 2018](#)

Altera dispositivos da Resolução CNJ n. 169, de 31 de janeiro de 2013.

(DJe/CNJ 28/5/2018, p. 2-3)

Superior Tribunal de Justiça

[SÚMULA N. 616](#)

A indenização securitária é devida quando ausente a comunicação prévia do segurado acerca do atraso no pagamento do prêmio, por constituir requisito essencial para a suspensão ou resolução do contrato de seguro.

(DJe/STJ 25/5/2018)